





1980 - DESTINAÇÃO DA ÁREA

Área de 52.000 ha (520 km²) declarada de "utilidade pública" para implantação do Centro Espacial em Alcântara, doada pelo Governo do Estado do Maranhão por meio do Decreto 7.820, de 12 de setembro de 1980. Essa área foi, em 1991, ampliada para 62.000 ha (620 km²).







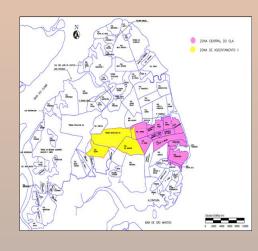
1986 - PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA

A FASE DE TRANSFERÊNCIA E ASSENTAMENTO I

23 de agosto a 27 de setembro de 1986. Foram transferidas 112 famílias, totalizando 519 pessoas.



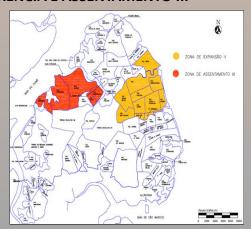
A FASE DE TRANSFERÊNCIA E ASSENTAMENTO II



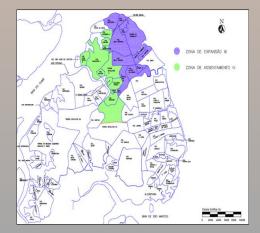
23 de novembro de 1987 a dezembro de 1988. Foram transferidas 200 famílias, totalizando 829 pessoas.

A FASE DE TRANSFERÊNCIA E ASSENTAMENTO III

104 famílias deverão ser transferidas e assentadas ou reassentadas.



A FASE DE TRANSFERÊNCIA E ASSENTAMENTO IV



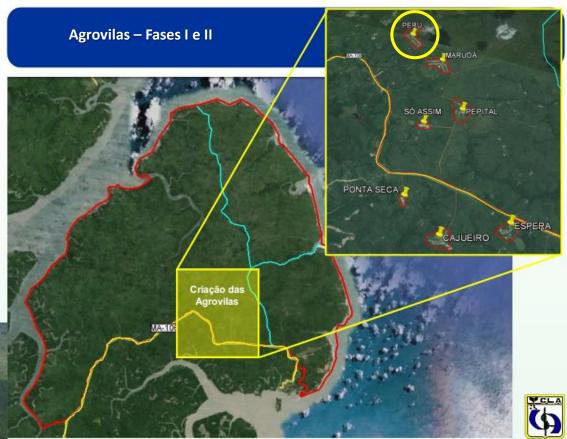
12 imóveis com 245 famílias a serem objeto da Fase de Transferência.





1986 - AGROVILAS









ART. 68 ADCT (CF)

"Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

2008

Publicação de edital (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Área - RTID, do INCRA), reconhecendo parcela da área como território quilombola, restringindo a área destinada às atividades espaciais (05 NOV 2008).







FUNCIONAMENTO DA CCAF/AGU

2008

Tem início o procedimento conciliatório na Câmara de Conciliação da Administração Federal em 09 de maio de 2008.

Assunto: Controvérsia jurídica e administrativa decorrente de requerimento de titulação de comunidades quilombolas em área reservada ao Programa Espacial Brasileiro no Município de Alcântara / MA.

2010

28 SET – Última reunião da CCAF

Chegou-se ao consenso da imprescindibilidade da "área de expansão" para o PNAE, razão pela qual essa área (12.645 ha) deveria ser mantida com o Comando da Aeronáutica, com a criação de corredores de acesso ao mar para as comunidades tradicionais.

2016

Uma vez dirimidas as questões jurídicas, a AGU encaminha, em 2010, o Processo de Conciliação à Casa Civil da PR, para coordenar as ações do Governo tendentes a uma composição política da controvérsia. (Memorando nº 075/2016/CGU/AGU de 17/08/16)





SOLUÇÃO CONSENSUAL CCAF







PRÓXIMAS AÇÕES

- > Recenseamento
- > Definição no âmbito da Casa Civil da Presidência da República